

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.777.200 - SP (2018/0289091-1)**

**RELATOR** : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**RECORRENTE** : TREVISO INCORPORADORA LTDA  
**ADVOGADO** : EDISON EDUARDO DAUD E OUTRO(S) - SP134941  
**RECORRIDO** : JOSE EGIDIO BISIGNANO  
**ADVOGADO** : MAURÍCIO GUÍMARO MENDES BARRETO E OUTRO(S) - SP189039

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto por TREVISO INCORPORADORA LTDA, fundado no art. 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, visando reformar acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Na razões do nobre apelo, a parte recorrente discute as seguintes teses: a) violação do art. 1.022 do CPC/2015; e b) termo inicial dos juros de mora.

É o relatório. Decido.

**Violação do art. 1.022 do Código de Processo Civil de 2015:**

A suposta afronta ao art. 1022, incisos I e II, do Código de Processo Civil de 2015 não subsiste, uma vez que, no acórdão recorrido, foi solucionada a *quaestio juris* de maneira clara e coerente e apresentadas todas as razões que firmaram o convencimento do julgador.

Dessa forma, ainda que a parte recorrente considere equivocadas ou insubsistentes as razões de decidir que alicerçam o acórdão recorrido, isso não implica, necessariamente, que elas sejam desprovidas de fundamentação. Há significativa distinção entre a decisão que peca pela inexistência de alicerces jurídicos e aquela que traz resultado desfavorável à pretensão do litigante.

**Juros de mora:**

Na espécie, o aresto impugnado (fls. 283/284) decidiu em conformidade à orientação deste Superior Tribunal de Justiça, ao considerar que a incidência dos juros de mora de 1% ao mês deve fluir a partir da data da citação e não do trânsito em julgado, no caso de responsabilidade contratual.

Nesse sentido:

CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO CPC/73. CONTRATO DE PROMESSA DE COMPRA E VENDA DE

IMÓVEL. AÇÃO DECLARATÓRIA, C.C. INDENIZATÓRIA, POR DANOS MORAIS E MATERIAIS POR ATRASO NA ENTREGA DA UNIDADE IMOBILIÁRIA. TERMO INICIAL DOS LUCROS CESSANTES OMISSÃO SUPRIDA. JUROS MORATÓRIOS. REFORMATIO IN PEJUS. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. Inaplicabilidade do NCPC a este julgamento ante os termos do Enunciado Administrativo nº 2 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

2. O termo inicial dos lucros cessantes foi firmado pelo Tribunal local como sendo a data da notificação extrajudicial da recorrida, com base nas particularidades do caso concreto examinado e nos termos da avença firmada entre as partes, o que impede o exame da insurgência recursal no ponto em razão do teor das Súmulas nºs 5 e 7 do STJ.

3. Em relação ao termo inicial dos juros moratórios, esta Corte possui jurisprudência firmada no sentido de que, em caso de responsabilidade contratual, como na espécie, os juros de mora devem incidir a partir da citação.

4. Tendo o acórdão estadual determinado a incidência dos juros moratórios a partir da data da interpelação judicial da recorrida, mantém-se os seus termos para se evitar a reformatio in pejus. 5. Agravo regimental não provido." (AgRg no Ag no REsp 1.533.540/DF, relator Ministro Moura Ribeiro, Terceira Turma, DJe de 18/11/2016).

AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. HONORÁRIOS. TERMO INICIAL. JUROS MORATÓRIOS. OBRIGAÇÃO ILÍQUIDA. CITAÇÃO. PRECEDENTES. SÚMULA Nº 83/STJ. FUNDAMENTAÇÃO DO ACÓRDÃO. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO. SÚMULAS Nº 283 E 284/STF. OMISSÃO INEXISTENTE.

1. Não há negativa de prestação jurisdicional (artigos 131, 458, II, e 535, inciso II, do Código de Processo Civil de 1973) quando o tribunal de origem rejeita os embargos de declaração por inexistir omissão, contradição ou obscuridade no acórdão embargado, ficando patente, em verdade, o intuito infringente da irresignação, que objetivava a reforma do julgado por via inadequada.

2. Não havendo impugnação do fundamento específico adotado pelo acórdão recorrido ao determinar o termo inicial dos juros de mora, aplicam-se as Súmulas nºs 283 e 284/STF.

3. Encontrando-se o acórdão recorrido em harmonia com a orientação desta Corte no sentido de que os juros de mora, na responsabilidade contratual, incidem desde a citação, mesmo nas obrigações ilíquidas, incide a Súmula nº 83/STJ.

4. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 275.260/RJ, relator Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, DJe de 9/6/2016.)

Assim, o acórdão recorrido deve ser mantido incólume.

Ante o exposto, **nego provimento ao recurso especial.**

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, **majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, ressalvada a eventual concessão da gratuidade de justiça.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de fevereiro de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente

